



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

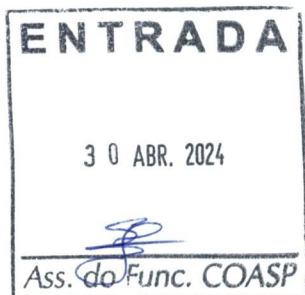
731  
PROJETO DE LEI Nº / 2024

A Publicação e posteriormente à Comissão de Constituição, Justiça e Redação.	
Em	07.05.2024
1º Secretário	
DIRLEG-AL	Fls. 02
pmys	

Altera a Lei nº 4.367, de 8 de janeiro de 2024 que "Fixa os subsídios do Governador e Vice-Governador do Estado, e adota outras providências".

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS  
DECRETA:**

**Art. 1º** A Lei nº 4.367, de 8 de janeiro de 2024, passa a vigorar com as seguintes alterações:



**Art. 1º** O Subsidio mensal do Governador do Estado do Tocantins é fixado em R\$ 31.216,71.

**Art. 2º** O Subsidio mensal do Vice-Governador do Estado do Tocantins é fixado em R\$ 19.978,69.

.....  
**Art. 4º** O cargo de Secretário de Estado e o de dirigente equiparado têm subsídio fixado em R\$ 16.556,01.

....."(NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de maio de 2024.

Palácio Deputado João D'Abreu, em Palmas, aos 30 dias do mês de abril de 2024, 202º da Independência, 135º da República e 35º do Estado.

Deputado **AMÉLIO CAYRES**  
Presidente

Deputado **IVORY DE LIRA**  
1º Vice-Presidente

Deputado **GUTIERRES TORQUATO**  
2º Vice-Presidente

Deputado **VILMAR DE OLIVEIRA**  
1º Secretário

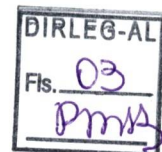
Deputada **Profª JANAD VALCARI**  
2ª Secretária

Deputado **MARCUS MARCELO**  
3º Secretário

Deputado **EDUARDO FORTES**  
4º Secretário



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO



JUSTIFICATIVA

A propositura visa corrigir os subsídios mensais do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado e dirigentes equiparados, consoante disposição do art. 5º da Lei 4.367, de 8 de janeiro de 2024, acrescentando aos montantes então vigentes um percentual médio 3,71%.

Conforme o artigo 5º da referida Lei, a partir de 1º de maio de 2024, os valores dos subsídios referidos devem ser corrigidos na mesma data e no mesmo índice a ser aplicado na revisão geral anual de que tratam o inciso X, do art. 9º e inciso X, do art. 37, ambos da Constituição Federal.

A atualização dos vencimentos do Governador visa evitar os impactos inflacionários sobre esses vencimentos, na conformidade do disposto no inciso VI do art. 19 da Constituição do Estado.

Dessa forma, solicito apoio aos Nobres Pares para a aprovação da presente matéria, em regime de urgência.

Assinatura manuscrita em tinta azul, localizada no lado esquerdo da página.

Assinatura manuscrita em tinta azul, localizada no centro da página.

Assinatura manuscrita em tinta azul, localizada no lado direito da página.